



Número: **0801260-34.2019.8.15.0321**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. José Aurélio da Cruz**

Última distribuição : **03/08/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0801260-34.2019.8.15.0321**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELANTE)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
GILBERTO AUGUSTO DOS SANTOS (APELADO)		DIEGO PABLO MAIA BALTAZAR (ADVOGADO) NATHALIE DA NOBREGA MEDEIROS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13245 234	28/10/2021 10:15	2021-10-28 - Agravo Interno	Agravo (Interno)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR RELATOR
DA 2ª CÂMARA CÍVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA
PARAÍBA.**

GILBERTO AUGUSTO DOS SANTOS, já
devidamente qualificado nos autos, vem respeitosamente perante Vossa Excelência,
através de seus advogados que esta assinam digitalmente, com fulcro nos termos do
Art. 1.021 do Código de Processo Civil, interpor

AGRAVO INTERNO

face a respeitável decisão monocrática prolatada pelo Douto Desembargador Relator,
consoante as seguintes razões:

O agravante, com todas as vênias devidas, impugna
especificamente a r. *decisum* prolatado por Sua Excelência Desembargador Relator,
pelo fato de ter reconhecido a nulidade do laudo pericial e, por via de consequência,
anulado a respeitável sentença do Juízo *a quo*.

Ocorre, Doutos Julgadores, que há vasta documentação
acostada aos autos que comprovam o grau de invalidez do agravante. Vejamos:

1. O laudo pericial confeccionado por médico perito
legal (doc. Id. Nº. 32666127 – Fls. 05) aponta que o paciente **não se curou das
ofensas físicas**, que **sua doença é de caráter permanente e irreversível**, que o
acidente **resultou em debilidade permanente** de membro, sentido e função e ainda
perda e inutilização de membro, sentido e função. Aduz ainda que o acidente
originou incapacidade permanente para o trabalho.

☎ (83) 9-9816.3838. ☎ (84) 9-9963.1500.

Rua Eduardo Gentil de Medeiros, nº. 182. Antônio Bento de Moraes. Santa Luzia/PB. CEP 58.600-000.



2. O laudo de exame médico-pericial do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Patos/PB (doc. Id. Nº. 39796713) traz o histórico do acidente, histórico da doença, medicamentos em uso pelo agravante, antecedentes patológicos *et cetera*. De mais importante, afirma que **o agravante tem sequelas neurológicas graves e sua incapacidade é permanente e total em consequência do TCE sofrido**. Por fim, aduz ainda que o agravante é **irrecuperável** e é portador de sequelas neurológicas graves.

Nesse sentido, – mais uma vez, dada a máxima vênia – a respeitável decisão monocrática não considerou os dois laudos médicos legais produzidos e acostados aos autos que atestam indubitavelmente que a lesão é total, completa, irreversível, irrecuperável, incurável e permanente.

Nota-se que não se cogita, em nenhum laudo, a lesão parcial, portanto, não é necessário graduar o nível das sequelas sofridas e enfrentadas pelo agravante, haja vista que, logicamente, são no grau de 100%. Repisa-se. Os laudos médicos oficiais deixam claro que as lesões são totais e completas (ou seja, 100%) e **não** parciais e incompletas.

Com esse diapasão, o Meritíssimo Juízo de piso sentenciou de forma acertada. *In verbis*:

Nessa ordem, tendo em vista o quadro de debilidade permanente, devido à lesão provocada no promovente, o Anexo da referida norma, incluído pela Lei 11.945/2009, previu uma indenização de 100% sobre o valor estabelecido no inciso II do Art. 3º da Lei 6.194/74, no caso de “Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo comportamental alienante; (b) impedimento de senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento da função vital ou autonômica.”

Destarte, requer aos Ínclitos Julgadores o acolhimento do agravo interno e provimento para que se prossiga o julgamento do mérito da apelação. Reitera ainda que seja NEGADO provimento a Apelação interposta pela parte demandada, mantendo-se a sentença do Meritíssimo Juízo *a quo*, fazendo-se com isto a necessária JUSTIÇA!

☎ (83) 9-9816.3838. ☎ (84) 9-9963.1500.

Rua Eduardo Gentil de Medeiros, nº. 182. Antônio Bento de Moraes. Santa Luzia/PB. CEP 58.600-000.



N. termos,

Aguarda deferimento.

Santa Luzia/PB, 28 de outubro de 2021.

Nathalie da Nóbrega Medeiros
OAB/PB 17.190

Diego Pablo Maia Baltazar
OAB/RN 12.937

☎ (83) 9-9816.3838. ☎ (84) 9-9963.1500.

Rua Eduardo Gentil de Medeiros, nº. 182. Antônio Bento de Morais. Santa Luzia/PB. CEP 58.600-000.

